

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.999 - PR (2019/0128687-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **FARMÁCIAS FARMAPAULO LTDA**
ADVOGADOS : **VALERIA MACIEL DE CAMPOS LAVORENTI - PR016847**
: **RITA AUGUSTA SILVA VALIM ROSSI - PR016843**
RECORRIDO : **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO**
: **PARANÁ - CRF/PR**
ADVOGADO : **VINÍCIUS GOMES DE AMORIM - PR031185**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por FÁRMACIAS FARMAPAULO LTDA., com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 610):

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO ANOTADO PARA TODO O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO. APELAÇÃO PROVIDA.

1. O Conselho Regional de Farmácia é competente para fiscalizar as drogarias e farmácias quanto à obrigação de possuírem, durante todo o período de funcionamento dos estabelecimentos, profissional farmacêutico anotado, sob pena de incorrerem em infração passível de multa, de acordo com o artigo 24 da Lei n.º 3.820/60 c/c o artigo 15 da Lei n.º 5.991/73 e ao artigo 6º, inciso I, da Lei 13.021/14.

2. Caso em que as infrações foram configuradas. Apelação provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 630-636)

Aduz a recorrente que houve violação dos arts. 24 da Lei n. 3.820/1960, c/c o art. 15 da Lei n. 5.991/1973, e do 6º, I, da Lei n. 13.021/2014. Defende, em síntese, que a autuação é ilegal, visto que não há previsão para que a responsabilidade técnica venha acompanhada de dia e horário específicos em que o farmacêutico tenha que trabalhar.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 710-733), o recurso especial foi admitido por decisão desta Corte (e-STJ, fl. 832).

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 792-793).

É o relatório.

Verifica-se que o Tribunal de origem considerou a regularidade do auto de infração e decidiu a controvérsia nos seguintes termos (e-STJ, fls. 604-606):

A parte impetrante argumentou não haver necessidade de anotação junto ao CRF do nome do responsável técnico e do seu dia e horário de expediente no estabelecimento farmacêutico. Alegou, também, que as autuações confirmaram a presença de farmacêuticos devidamente inscritos no CRF em seus estabelecimentos, sendo que são os mesmos que assinaram as inspeções quando das respectivas fiscalizações.

Todavia, por mais contraditório que possa parecer, autos assinados por farmacêutico podem configurar infração à legislação por estabelecimentos farmacêuticos, mesmo quando estes contam com a assistência deste profissional, pois farmácias devem comprovar a anotação do responsável técnico pelo estabelecimento para todo seu horário de funcionamento.

Transcrevo citação feita na apelação, que exemplifica a questão discutida nesses autos: "Não é nada raro, devido ao crescimento da atividade e da expansão de grandes redes de farmácia, muitas empresas declararem funcionamento 24 horas por dia e 7 dias da semana, situações onde o requerimento do registro e da anotação dos responsáveis é submetida ao CRF- PR para verificação, habilitação dos profissionais, eventual cumprimento de sanção ética disciplinar, entre outros, para enfim expedir certidão que ateste a e técnica daquela empresa, que lhe possibilitará a aquisição de medicamentos na distribuidora. De modo que a presença de um farmacêutico no momento da inspeção não garante a adequação do estabelecimento aos termos do art. 24 da Lei 13.820/60, na medida em que deve passar pelo crivo do órgão de fiscalização. Para ilustrar com o didatismo dos exemplos: Supondo que na diligência do fiscal do CRF-PR foi constatada a presença de um farmacêutico que na realidade possui anotação de responsabilidade técnica por outra filial.

Nesse caso, o farmacêutico está presente, possui contrato de trabalho com a empresa como prova de seu vínculo, mas não é o responsável técnico por aquela filial diligenciada, mas sim de outra, que inevitavelmente estará sem assistente. Outra situação consiste na eventual presença de um farmacêutico que exerce a função de gerência administrativa da loja ou filial, mas não houve anotação de responsabilidade técnica na forma exigida pelo art. 1º da Lei 6.839/80. Também nesse caso trata-se de farmacêutico com vínculo de trabalho, mas não há prova de sua habilitação ao exercício profissional, seja técnica seja pela ausência de impedimentos, como vigência de pena disciplinar.

Por isso cada requerimento é individualmente analisado e decidido, cabendo na sequência ao Serviço de Fiscalização a verificação do cumprimento e da manutenção da regularidade".

No presente caso, filiais da rede de farmácias da impetrante foram autuadas por ausência de anotação de RT (art. 24 da Lei n. 3.820/60 c/c o art. 15 da Lei n. 5.991/73), no período de período de 2014 a 2016, consoante documentos anexados pela impetrada no Evento19: a) PROC6 (filial 6, auto de infração 83012/2014, em 18/05/2014); b) PROC7 (filial 16, auto de infração 83018/2014, em 15/06/2014); c) PROC8 (fillial 13, auto de infração

83039/2014, em 13/07/2014); d) PROC9 (filial 12, auto de infração 83047/2p014, em 13/07/2014); e) PROC10 (filial 3, auto de infração 82972, em 09/02/2014); f) PROC11 (filial 10, auto de infração 83144/2014, em 12/10/2014); g) PROC12 (filial 10, auto de infração 84429/2016, em 28/02/2016); h) PROC13 (filial 1, auto de infração 84651/2014, em 23/11/2014); i) PROC14 (filial 1, auto de infração 85418/2015, em 12/04/2015); j) PROC15 (filial 1, auto de infração 85447/2015, em 21/06/2015 e PROC16 (filial 10, auto de infração 85817/2015, em 30/08/2015).

Considerando que o responsável técnico anotado para determinada filial estava sempre ausente e que não havia profissional farmacêutico sem RT anotada para aquele estabelecimento presente no momento da fiscalização, conclui-se que as autuações efetuadas pelo Conselho são válidas. É possível notar que o responsável técnico com responsabilidade anotada no CRF não é requisito meramente formal, passível de dispensa no caso concreto. Trata-se, sim, de uma das condições necessárias para o funcionamento de farmácias e drogarias, sendo clara, aqui, a intenção dos legisladores.

Desse modo, para afastar o entendimento a que chegou a instância ordinária, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a pretensão recursal, a fim de considerar irregulares os autos de infração, bem como afastar a aplicação das multas, como sustentado neste recurso especial, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. A providência mostra-se inviável em recurso especial, conforme entendimento assentado na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator